



PODER LEGISLATIVO
Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul/RS
Segunda Capital Farroupilha

**COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR
SOCIAL**

PROJETO DE LEI Nº 4.920, DE 2023.
PODER EXECUTIVO

Protocolo: 17 de março de 2023.

Matéria: Altera o inciso II, do art. 13, e o caput, § 1º e § 2º, do art. 34 da Lei Municipal nº 3.549, de 23 de abril de 2015.

Relator: Ver. Luís Fernando Torres – PT.

I. RELATÓRIO: Chega a esta Comissão Permanente para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei nº 4.920, de 2023, que dispõe sobre a alteração do inciso II, do art. 13, e o caput, § 1º e § 2º, do art. 34 da Lei Municipal nº 3.549, de 23 de abril de 2015.

É sucinto o relatório. Passamos a análise.

II. ANÁLISE: Preliminarmente, a matéria encontra-se inserida na competência conferida ao Município, conforme dispõem a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, uma vez que a proposição versa sobre alterações a política e serviços que são executados pelo Órgão da estrutura Administrativa Municipal. Sob o ponto de vista material, em relação ao Conselho Tutelar, a legislação municipal deve observar os parâmetros da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com alterações da Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que trata da nova normativa sobre este Órgão permanente e autônomo da política de atendimento à criança e ao adolescente, nos arts. 132, 134 e 139 do ECA, bem como a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, que alterou a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, ambas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). À vista disso, a alteração do art. 34 da Lei nº 3.549, de 2015, com previsão quanto ao mandato de 4 (quatro) anos dos Conselheiros Tutelares, está de acordo com o disposto no art. 132 do ECA, e a possibilidade de recondução por novos processos de escolha, está de acordo com a Lei Federal nº 13.824, de 09 de maio de 2019. Ademais, a alteração do inciso II, do art. 13 da Lei nº 3.549, de 2015, que se refere a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), especificamente quanto aos membros que são representantes de entidades da sociedade civil, é possível a presença de um representante da OAB no Conselho Municipal, uma vez que não há qualquer decisão do Tribunal de Contas que mencione sua inconstitucionalidade. Nestes termos, opino pela viabilidade do Projeto de Lei nº 4.920, 2023, por não apresentar impedimento para sua aprovação.



PODER LEGISLATIVO
Câmara de Vereadores de Caçapava do Sul/RS
Segunda Capital Farroupilha

III. VOTO DO RELATOR DA MATÉRIA: Com fundamento nas considerações precedentes deste Parecer, voto pela apreciação do Projeto de Lei nº 4.920, de 2023, em Plenário, após análise da Comissão, uma vez que encontra-se de acordo com as disposições legais aplicáveis, não padecendo de vício de inconstitucionalidade ou mesmo ilegalidade.

Caçapava do Sul/RS, 05 de abril de 2023.



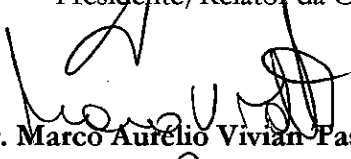
Ver. Luis Fernando Torres - PT
Relator da CIDBES

IV. PARECER DA COMISSÃO: Diante dos fundamentos legais expostos, a Comissão reunida no dia 05/04/2023, pelo voto dos presentes abaixo assinados, acompanham por unanimidade o VOTO FAVORÁVEL do relator da matéria posta no Projeto de Lei nº 4.920, de 2023.

Caçapava do Sul/RS, 05 de abril de 2023.



Ver. Luis Fernando Torres - PT
Presidente/Relator da CIDBES



Ver. Marco Aurélio Vivian Paschetto - MDB
Vice-Presidente da CIDBES



Ver.ª Jussarete Vargas Dias - PDT
Membro da CIDBES